



Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos

NOTA INFORMATIVA Nº 4/2021-SAA/SE/MS

Ao GAB/SE,

1. Trata-se do Ofício nº 590/2021 - CIPANDEMIA ([0020453348](#)), do Presidente da CPI da Pandemia, Senador Omar Aziz (PSD/AM), que faz referência ao Requerimento de Informação nº 387/2021/CIPANDEMIA ([0020453383](#)), de autoria dos Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, por meio do qual requerem que sejam encaminhadas pelo Ministério da Saúde informações sobre o processo que levou à contratação da empresa Talktelecom Comércio de Equipamentos de Informática e Serviços Empresariais S/A.

2. No que diz respeito à disponibilização integral dos autos em comento, impende registrar que os processos já tramitaram pela Unidade - GAB/SE, o que possibilita que seja concedido acesso externo e assim, aquela Comissão terá vistas integral a cada um dos procedimentos.

3. Preliminarmente, cumpre ressaltar que a área demandante dos serviços foi a Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS, que definiu as questões técnicas, mediante a elaboração do respectivo Projeto Básico, bem como justificou os preços estimados da contratação e apresentou as razões da escolha do fornecedor, ou seja, foi a responsável por todas as justificativas e motivações, assim como os aspectos de conveniência e oportunidade e, o atendimento de todos os requisitos legalmente estabelecidos e inerentes ao procedimento.

4. Em relação ao questionamento de quais outras empresas foram contatadas antes do acordo final, cumpre ressaltar que os procedimentos de pesquisa de preços observou a [Instrução Normativa nº 05/2014 e alterações](#), que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Em vista disso, cabe destacar a análise crítica constante do Despacho GAB/SAPS (SEI-[0014138326](#)), bem como os termos contidos do item 4, do Projeto Básico, que trata da classificação dos serviços e forma de seleção do fornecedor:

Despacho GAB/SAPS (SEI-[0014138326](#))

Assunto: **Análise Crítica do Mapa de Apuração de Preços, com base na Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, para compra de materiais a ser processada por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento legal no Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.**

0.1 Esta análise crítica dos Mapas de Apuração de Preço (SEI) tem como fundamento legal a Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, com o objetivo de subsidiar a intenção de compra de material a ser processada por meio da Cotação Eletrônica de Preços, com fundamento no Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a saber.

**0.2 Análise crítica com relação a utilização da Instrução Normativa nº 05/2014 e alterações:**

0.3 Cabe destacar que a IN 5/2014 disciplina sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, devendo ser realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, nos termos do Art. 2º:

**0.4 Paineis de Preços** disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

**0.5 Contratações similares de outros entes públicos**, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços - A Pesquisa efetuada pelo Painel de Preços para os itens citados no inciso anterior supre a necessidade de pesquisa por meio de contratações similares de outros entes públicos;

**0.6 Pesquisa publicada em mídia especializada**, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

**0.7 Pesquisa com os fornecedores**, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias - A pesquisa apresentou cotações suficientes para definição de valores para os itens

0.8 Informamos que esta Secretaria realizou junto aos maiores portais de busca existentes na web (0014139479), inclusive no painel de preço ([0014143439](#) e 0014138775), e não obteve êxito em suas buscas.

0.9 Nesse sentido, dada a situação excepcional de emergência em razão da Pandemia em curso, as duas Empresas se apresentaram junto ao Ministério da Saúde, no intuito de demonstrar suas propostas comerciais, de modo que após avaliação dos documentos constatou-se que a proposta da empresa TALK, de menor preço, é a que mais se amolda às necessidades da Administração Pública e, consequentemente, ao interesse público.

0.10 Pelo exposto, após as análises críticas constantes neste documento, entende-se que os preços indicados nos mapas de apuração de preços acima indicado bem como no Projeto Básico são suficientes para subsidiar a equipe de licitação nos demais procedimentos licitatórios.

Projeto Básico GAB/SAPS (SEI-[0014134398](#))

4.1 A empresa TalkTelecom foi selecionada pela capacidade declarada de suportar o quantitativo de ligações, oremos nos termos declarados e por apresentar preço inferior. A empresa Vector, também declarante de atender à capacidade solicitada possui preço superior na execução do serviço. Esta última já presta serviço ao Ministério da Saúde sendo a atual operadora do número 136. As propostas comerciais estão anexas a esse processo.

4.2 Informamos que esta Secretaria realizou junto aos maiores portais de busca existentes na web (0014139479), inclusive no painel de preço (0014138775), e não obteve êxito em suas buscas.

4.3 Nesse sentido, dada a situação excepcional de emergência em razão da Pandemia em curso, as duas Empresas se apresentaram junto ao Ministério da Saúde, no intuito de demonstrar suas propostas comerciais, de modo que após avaliação dos documentos constatou-se que a proposta da empresa TALK, de menor preço, é a que mais se amolda às necessidades da Administração Pública e, consequentemente, ao interesse público.

4.4 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante dispensa de licitação com fulcro no Art. 4º da Lei 13.979/2020 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

4.5 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.6 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. Merece destaque as exigências dispostas no item 19, do Projeto Básico, que trata dos requisitos de contratação e habilitação do fornecedor:

**REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR (CONTRATAÇÃO DIRETA)**

19.1 A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneas e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

19.2 Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

19.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

19.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

19.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros

19.6 O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.

19.7 Como pré-requisito à contratação e decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

19.8 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

19.9 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

19.10 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

19.11 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

19.12 caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

19.13 Poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

6. Sobre isso, vale acrescentar as considerações e recomendações tecidas pela Consultoria Jurídica desta Pasta, constante do Parecer Referencial nº 00017/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU (SEI-[0014149996](#)), que assim dispôs:

**G) DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

81. Como se sabe, os requisitos de habilitação são elementos essenciais para garantir a segurança jurídica e a idoneidade do contratado. No entanto, diante da situação de emergência causada pela pandemia do coronavírus, o legislador entendeu que, em situações excepcionais, alguns requisitos podem ser dispensados. Nesse sentido, dispõe a Lei nº 13.979, de 2020:

Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

82. Assim sendo, caso a autoridade competente entenda que a presente medida é essencial, deverá indicar de forma precisa as razões para tal dispensa, realizando um juízo de proporcionalidade da medida frente ao atendimento da necessidade pública neste período de exceção. Dessa forma, será o caso de apresentação de justificativa específica para cada caso, compatibilizando as situações concretas com as previsões normativas.

83. No tocante às ressalvas acerca dos elementos de habilitação que não podem ser dispensados, quais sejam a regularidade com a Seguridade Social e a observância do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, entende-se que devem ser estritamente observados pelas áreas responsáveis, tendo em vista que tais requisitos de habilitação gozam de previsão constitucional.

84. Dessa forma, entende-se que é excepcional a previsão aqui tratada quanto à possibilidade de que tais requisitos sejam dispensados, por isso, recomenda-se que, na hipótese da utilização da dispensa da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, ou ainda o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, a autoridade competente deverá providenciar a devida motivação nos autos.

7. Posto isto, tem-se que foram levados em consideração os devidos pressupostos legais e jurisprudenciais acerca das contratações públicas.

8. Nada obstante, considerando informações anteriormente prestadas a essa Secretaria Executiva, apresentamos os seguintes dados relacionados ao **Contrato Administrativo Emergencial nº 20/2020** firmado com a empresa **TALKTELECOM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS EMPRESARIAIS S/A**:

Objeto: serviços de atendimento automatizado por via telefônica, a parti de algoritmo fornecido pela CONTRATANTE com desfechos variáveis, incluindo o direcionamento para outro número telefônico, com disparo inicial da ligação automática a partir de base de dados da CONTRATANTE, e plataforma de análise dos dados gerados, para monitoramento ativo de casos da Covid-19.

Quant. Estimada: 120.000.000 ligações

Valor Total: R\$ 46.800.000,00

Vigência: 02/04/2020 a 29/09/2020

**Unidade gestora: Secretaria de Atenção Primária à Saúde**

O respectivo projeto Básico previu o adiantamento de pagamento, nos seguintes termos:

Projeto Básico GAB/SAPS (SEI-[0014134398](#))

**15. PAGAMENTO**

15.1 Considerando a necessidade da empresa de rápida expansão na infraestrutura para alcançar as metas do projeto básico, **solicitamos o adiantamento para estruturar e iniciar operações no valor de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais)**, os quais poderão ser descontados na primeira fatura mensal do pagamento.

(grifo nosso)

Diante de tal condição, a Diretoria de Integridade e Consultoria Jurídica emitiram manifestação acerca da questão, como consta dos documentos SEI-[0015297796](#) e [0015270614](#), tendo as seguintes conclusões:

Despacho DINTEG ([0015297796](#))

6. Observa-se, portanto, que a suspensão do pagamento adiantado pactuado no contrato em tela é juridicamente possível e que cabe à área demandante do serviço, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde, verificar se existem as condicionantes citadas pela Conjur para definir a suspensão, assim como também definir a conveniência e a oportunidade de manter o Contrato nº 20/2020.

7. Dessa forma, uma vez que compete à CONJUR/MS se manifestar quanto à legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados pela Administração Pública e que compete à DINTEG a análise dos Termos de Referência e Projetos Básicos, ainda antes da efetiva contratação, com o intuito de reduzir os riscos de falhas nas contratações do Ministério da Saúde, restituo o processo à Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Parecer n. 00545/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU ([0015270614](#))

#### 4. CONCLUSÃO

87. Ante as razões acima expostas, podem ser extraídas as seguintes conclusões:

a) O pagamento adiantado referido no ofício contido nos autos somente poderia ser pago, desde que verificado, em concreto, pela autoridade competente o atendimento das condicionantes previstas na Orientação Normativa nº 37 da Advocacia-Geral da União.

Em que pese tais pronunciamentos, cumpre registrar que os pagamentos só ocorreram em meados de julho de 2020, ou seja, 3 meses após a assinatura do ajuste:

Processo	Objeto	Ordem Bancária	Valor R\$
<a href="#">25000.056183/2020-09</a>	Nota fiscal 2286 emitida em 07/04/2020 Ref. aos serviços de atendimento automatizado via telefone e equipamentos de informática competência 04/2020 contrato 020/2020 processo 25000.056183/2020-09	2020OP003272	4.165.300,00
<a href="#">25000.148289/2020-20</a>	Nota fiscal 2321, emitida em 04/mai/20, referente ao serviço de atendimento automatizado via telefone, competência abr/2020, contrato 20/2020, processo 25000.148289/2020-20, glosa aplicada R\$ 1.340.290,60.	2020OP005157	1.481.128,82
<a href="#">25000.148296/2020-21</a>	Pagamento da nota fiscal 2514, emitida em 03/07/2020, referente aos serviços de atendimento telefônico, incluindo o direcionamentos para outro nr., e plataforma de análise de dados gerados, para monitoramento dos casos da covid19, mês jun/2020, contrato 20/2020, processo 25000.148296/2020-21, informado glosa no valor de R\$717.644,90, conforme , conforme atesto GAB/SAPS sei 17320804.	2020OP005178	337.105,59
<a href="#">25000.148294/2020-32</a>	Nota fiscal 2428, emitida em 03/06/2020, referente aos serviços de atendimento automatizado via telefone e equipamentos de informática. competência: 05/2020. contrato: 20/2020. processo: 25000.148294/2020-32.	2020OP005318	1.563.858,57
<a href="#">25000.148300/2020-51</a>	Nota fiscal 2576, emitida em 05/ago/2020, ref aos serviços de atendimento automatizado por via telefônica, incluindo direcionamento para outro número,c/ disparo inicial a partir de base de dados, e plataforma de análise de dados gerados,p/ monitoramento ativo de casos de covid-19, competência julho/2020, conforme atesto cgmapi id sei 0018186513 - c/ indicação de glosa no valor de R\$ 11.207,60 - contrato 20/2020, empenho 2020ne800574, processo 25000.148300/2020-51.	2020OP006159	922.580,94
<a href="#">25000.148296/2020-21</a>	Pagamento de parte dos valores anteriormente retidos (R\$ 699.759,00), por solicitação da área demandante, conforme nota técnica 24 sei 0018196650. informa-se, ainda, que foi mantida glosa no valor de R\$ 17.885,90, nos termos da mesma nota técnica 24.	2020OP006204	699.759,00
<a href="#">25000.148289/2020-20</a>	Pagamento de parte dos valores anteriormente retidos (R\$ 1.143.261,55), por solicitação da área demandante, conforme nota técnica 19 sei 0018160118. informa-se, ainda, que foi mantida glosa no valor de R\$ 197.029,05, nos termos da mesma nota técnica 19.	2020OP006217	1.143.261,55
<a href="#">25000.148294/2020-32</a>	Pagamento de parte dos valores anteriormente retidos (R\$ 1.825.266,55), por solicitação da área demandante, conforme nota técnica 20 sei 0018170210. informa-se, ainda, que foi mantida glosa no valor de R\$ 57.886,65, nos termos da mesma nota técnica 20.	2020OP006218	1.825.266,55

É relevante mencionar que as notas fiscais acima tiveram valores glosados, devido a falta de comprovação da efetiva aferição dos serviços executados, como consta da instrução de cada um dos processos acima relacionados.

9. Por todo o exposto e em atenção ao Despacho GAB/SE (SEI-[0020539748](#)), envio os autos para ciência e encaminhamentos pertinentes.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Tadeu Villela Blumm**, Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos, em 17/05/2021, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0020590411** e o código CRC **1DC9C620**.

Brasília, 17 de maio de 2021.

Referência: Processo nº 25000.069673/2021-48

SEI nº 0020590411

Criado por [juliana.dasilva](#), versão 2 por [juliana.dasilva](#) em 17/05/2021 16:53:55.